

Assunto: Presidente do TJPE, Frederico Neves, em 99º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: VIVER	Seção: JOÃO ALBERTO
Página: D3	Data: 05/06/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Tribunais

O presidente do TJPE, Frederico Neves, embarca hoje para Belém, onde participa do *99º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil*.

Assunto: A Escolha – Novos desembargadores	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: PROGRAMA	Seção: PERSONA
Página: 2	Data: 05/06/2014



A ESCOLHA

Como a coluna já havia antecipado, na segunda, às 9h30, haverá sessão no TJPE para escolha dos três novos desembargadores. Também adiantamos os nomes prováveis: Eudes França por antiguidade, Carlos Moraes e Fábio Eugênio, ambos por merecimento.

Assunto: Médico acusado de assassinar colega – 1ª Vara Criminal de Jaboatão	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: CIDADES	Seção:
Página: 4	Data: 05/06/2014

jornal do  commercio

Acusado chorou em velório e foi à missa de 7º dia

ASSASSINATO Cláudio Amaro Gomes, apontado como mandante do crime, chegou a abraçar a mãe de Artur. Frieza deixou amigos da vítima indignados

Final de tarde do último dia 13 de maio. Capela do Hospital Português, na região central do Recife. Após cumprimentar alguns colegas, o cirurgião Cláudio Amaro Gomes, 57 anos, se aproximou do caixão de Artur Eugênio de Azevedo Pereira, 35, e se abraçou à mãe do médico, inconsolada ao lado do corpo do filho. Chegou a chorar. Estava emocionado, surpreso e arrasado com a tragédia. Ali, em mais de uma roda de colegas, Cláudio compartilhou sua hipótese para o crime brutal. Acreditava que Artur havia sido vítima de assalto. Para corroborar a sua tese comentou que ele mesmo já havia sido assaltado três vezes na saída da unidade de saúde. A frieza do cirurgião, preso anteontem acusado de ser o mandante do assassinato de Artur, deixou os amigos da vítima perplexos e indignados. Ontem, ao relembrar as cenas do velório, o sentimento de revolta era traduzido por palavras duras: “monstro”, “cínico”, “psicopata”.

Cláudio Gomes chegou à capela do Hospital Português logo depois que a esposa do médico havia deixado o local. Ao sugerir para os colegas a hipótese de que Artur poderia ter sido vítima de assaltantes, o cirurgião contou uma história curiosa. Disse que, na mesma noite em que Artur foi assassinado, ele próprio havia sido perseguido na saída do Português por uma moto com duas pessoas. E que só tinha se livrado da dupla quando estava em Boa Viagem. “Ele queria reforçar o quanto era perigosa a saída do hospital. Naquele momento, a hipótese de assalto era uma das linhas investigadas pela polícia. É uma monstruosidade grande, difícil de aceitar”, desabafa um dos amigos de Artur. Em uma das missas de 7º dia, no Português, Cláudio também esteve presente, sentando inclusive na primeira fila da capela.

Ainda no dia do velório algumas pessoas mais próximas do médico assassinado olharam com desaprovação a presença do cirurgião. As desavenças entre Cláudio e Artur teriam começado no Hospital das Clínicas (HC), onde os dois trabalhavam desde 2010. Artur teria sido prejudicado por avaliações negativas de desempenho dadas por Cláudio, que na época atuava como chefe da vítima, a ponto de ter entrado com um processo administrativo, questionando o posicionamento do superior. O parecer de Cláudio estaria colocando em risco sua efetivação no cargo de médico do HC.

O acirramento da relação, no entanto, piorou depois que Artur decidiu, em 2011, sair da equipe comandada por Cláudio no Hospital Português. A vítima formou sua própria equipe. “O sucesso cada vez maior de Artur estava incomodando Cláudio, que havia deixado de ser a principal referência em cirurgia torácica no Estado. Cada vez mais, a equipe de Artur estava sendo requisitada. Não acredito que a rivalidade por parte de Cláudio tenha sido apenas por honorários. Entre dinheiro e vaidade, a vaidade falou mais alto”, afirmou um amigo do médico assassinado. Outro colega da vítima garantiu que uma semana antes de ele ser executado, o médico teria registrado um boletim de ocorrência contra Cláudio, denunciando-o pelo crime de assédio moral.

Ontem a viúva do médico, a oncologista Carla Azevedo falou, por telefone, à equipe do telejornal “Bom Dia Paraíba”, da Rede Globo. “Estamos um pouco estarrecidos com esse resultado, realmente um fato inesperado pra gente. (Mas) é um fôlego, num momento de tanta dor, (ter) algum esclarecimento do que aconteceu com Artur. Eles trabalharam juntos no Hospital das Clínicas, eu não sei exatamente o grau de contato diário, que ultimamente já não existia. Mas logo no início, quando chegamos ao Recife, Artur trabalhava com doutor Cláudio e, um tempo depois, já não quis mais trabalhar com ele e permaneceu uma ligação pequena no HC. Continuo confiando muito na polícia, acho que ainda existem pontos a serem esclarecidos, mas continuam investigando e a gente está confiante nesse trabalho”, comentou a esposa.

O médico foi assassinado na noite do dia 12 de maio. O corpo foi encontrado às margens da BR-101, em Jaboatão dos Guararapes, com quatro tiros. Além do cirurgião Cláudio Gomes, a polícia prendeu também o filho dele, o bacharel em direito Cláudio Amaro Gomes Júnior.

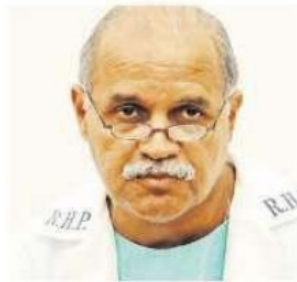
A VÍTIMA



Artur Eugênio de Azevedo Pereira

Tinha 35 anos, era casado e pai de um menino. Formado em medicina em 2003 pela Universidade Federal de Campina Grande, na Paraíba, com doutorado em cirurgia torácica e cardiovascular pela Universidade de São Paulo (2011). Atuava nos Hospitais das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), de Câncer de Pernambuco e no Instituto Materno Infantil de Pernambuco (Imip). Não tinha vínculo empregatício com o Hospital Português, mas costumava realizar cirurgias lá. Foi assassinado na noite de 12 de maio

OS ACUSADOS



Cláudio Amaro Gomes

Tem 57 anos, é médico formado em 1984 pela Universidade de Pernambuco (UPE), com mestrado e doutorado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) nos anos de 1991 e 1999, respectivamente. É professor adjunto da UFPE e gerente de atenção à Saúde do Hospital das Clínicas da UFPE,

cargo que assumiu no ano passado. Também atua no Hospital Português, onde faz parte da equipe de cirurgia torácica. Está preso no Cotel, em Abreu e Lima, desde a noite de terça-feira



Cláudio Amaro Gomes Júnior, 32 anos

É bacharel em direito e filho do médico Cláudio Amaro Gomes. Segundo a polícia, ele havia respondido processo por porte ilegal de arma em 1997, no Rio de Janeiro, quando era menor de idade, mas não chegou a ser apreendido. Conforme o delegado Guilherme Caracciolo, impressões digitais

de Cláudio Júnior foram encontradas em um recipiente que foi encontrado ao lado do carro de Artur e que foi queimado no bairro da Guabiraba, no Recife

Fontes: UFPE, CNPq e Polícia Civil

Pai e filho serão ouvidos no Cotel

Hoje pela manhã o delegado Guilherme Caracciolo, responsável pelo caso, deve ir ao Cotel, em Abreu e Lima, no Grande Recife, para ouvir novos depoimentos do médico Cláudio Amaro Gomes e do bacharel em direito Cláudio Amaro Gomes Júnior. Os dois estão presos lá desde a noite de terça-feira. Paralelamente, continuam as diligências para tentar prender outros dois homens envolvidos no crime. A polícia já sabe os apelidos deles.

Ontem, Caracciolo esteve no consultório de Cláudio Gomes, no Hospital Português. Foram apreendidos objetos que poderão ajudar na investigação. O delegado, entretanto, não detalhou o que foi recolhido. Mas ele reafirmou que existem provas suficientes para incriminar os presos, inclusive com a certeza de que Cláudio Júnior estava no momento da execução de Artur. Já Cláudio Gomes seria o mandante do crime.

O delegado evitou falar sobre o que teria motivado o assassinato. Há uma informação, não confirmada por ele, de que outro médico estaria sendo investigado como participante do homicídio.

BURBURINHO

No Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde Cláudio Gomes e Artur Azevedo trabalhavam, o assunto foi bastante comentado ontem entre médicos e enfermeiros. "Estamos perplexos pois doutor Cláudio era um profissional muito respeitado", afirmou uma enfermeira que não se identificou. "Com certeza doutor Claudio não queria que doutor Artur fosse uma pedra no sapato dele", comentou outro servidor.

Advogados pedem hoje habeas corpus

Os advogados do médico Cláudio Amaro Gomes e do filho dele, Cláudio Amaro Gomes Júnior, vão ingressar hoje na Justiça com pedido de revogação da prisão temporária contra eles, concedida anteontem pela juíza Maria Inês de Albuquerque, da 1ª Vara Criminal de Jaboatão. As solicitações não foram feitas ontem porque, segundo os advogados, houve demora no acesso aos autos do inquérito.

"Tenho certeza de que a revogação da prisão de doutor Cláudio é uma questão de horas. Não tem nada que comprove a participação dele nesse crime bárbaro. Vamos ingressar amanhã (hoje) com o pedido de habeas corpus. Iriamos pedir hoje (ontem), mas só tivemos acesso ao inquérito à tarde, o que atrapalhou nosso trabalho", explicou o advogado Altamiro Fontes, um dos que representam o médico preso.

O advogado Roberto Freire Filho, contratado para defender Cláudio Amaro Júnior, também acredita que conseguirá na Justiça o relaxamento da prisão. "A imagem que a polícia tem de um homem dirigindo o carro que abordou o médico em Boa Viagem não foi comprovada que é de Cláudio Júnior", comentou Roberto, que vai tentar hoje ver essas imagens.

O Conselho Regional de Medicina de Pernambuco (Cremepe) abriu sindicância interna para apurar o caso. Um conselheiro será designado para investigar, no prazo de 60 dias, a informação de que o médico Cláudio Amaro seria o mandante do assassinato de Artur Eugênio. Em nota, a administração central da UFPE e o Hospital das Clínicas, onde Cláudio é vinculado, informaram que estão à disposição das autoridades para prestar informações pertinentes ao caso e que aguardam a conclusão do inquérito policial.

Assunto: Defesa briga para provar que Cláudio Amaro é inocente	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: COTIDIANO	Seção:
Página: 3	Data: 05/06/2014



Advogados distintos, para o pai e o filho

Defesa briga para provar que Cláudio Amaro é inocente

■ **AINDA HOJE,** profissionais pretendem entrar com pedido de revogação da prisão dos clientes

Folha resume

Advogados trabalham para conseguir a revogação da prisão dos suspeitos de assassinar Artur Eugênio. Apesar de serem pai e filho, a defesa dos dois está sendo trabalhada separadamente, porque os profissionais afirmam que não existem provas sobre o envolvimento do médico Cláudio Amaro Gomes.

PRISCILLA AGUIAR

Continuação das páginas 1 e 2

Pelo menos oito advogados estiveram ontem na 1ª Divisão de Homicídios de Jaboatão dos Guararapes para analisar o inquérito que apura a morte do cirurgião-torácico Artur Eugênio. Em dois grupos separados, os criminalistas que defendem o médico Cláudio Amaro Gomes e o bacharel em Direito Cláudio Amaro Gomes Júnior receberam autorização para dar vistas ao documento e pretendem entrar, ainda hoje, com o pedido de revogação da prisão temporária dos clientes. Apesar de se tratar de pai e filho, a defesa dos dois está sendo construída sepa-

radamente. Para o advogado Ricardo de Albuquerque, que defende o médico Cláudio Amaro, não há provas do envolvimento dele no crime. “Os indícios levados em consideração não são suficientes para que ele seja mantido em cárcere”, alegou.

O advogado, que está em contato diário com o médico, afirmou que o cliente está assustado com a acusação. “Ele tinha uma relação profissional com a vítima. Tiveram alguns atritos, mas nada suficiente para que viesse a assassinar Artur”, disse. O criminalista estava acompanhado do também advogado

Daniel, que é filho de Cláudio Amaro. Discreto, ele procurou se manter distante da atenção da imprensa. Ele limitou-se a falar sobre a situação da família e negou que algum dos quatro irmãos tenha uma empresa que fornece materiais hospitalares. “A minha mãe está sem dormir, eu estou sem dormir. Eu falo quando o meu pai estiver solto”, afirmou.

A defesa de Júnior também diz que não há motivos para que o cliente continue preso. “As imagens que a polícia têm dele são no hospital que o pai dele trabalha e no prédio do pai dele, em Boa Viagem. Ti-



PROFISSIONAIS dizem que cirurgião, sob o paletó, está assustado com acusação

vemos um acesso bem restrito ao inquérito, que é bastante amplo, e vamos entrar com o pedido de revogação da prisão temporária”, destacou o criminalista Braz Neto.

JUSTIÇA

Em uma consulta simples no site do TJPE podem ser encontrados três processos contra Cláudio Amaro Gomes Júnior e um contra o pai, Cláudio Amaro Gomes. O filho foi alvo de duas ações de despejo, além da prisão em flagrante na última quarta-feira. Contra o médico, consta um processo por danos morais e materiais impetrado por um paciente que o culpa pelas paradas cardíacas que sofreu durante um procedimento.

Família de Artur ficou “perplexa”

Desde que souberam do assassinato de Arthur, no mês passado, os familiares do cirurgião-torácico questionam-se sobre o que, de fato, pode ter motivado o crime. Eles evitam a imprensa e pediram aos amigos que não repassassem qualquer dos seus contatos. Para os mais próximos, os parentes do médico revelaram que ainda estão perplexos. “A palavra é perplexidade. A gente não quer acreditar nos motivos que estão sendo veiculados porque é muito pouco ou quase nada

para ceifar a vida de um pai de família”, observou o ortopedista Júlio Lima, amigo de Artur.

Os familiares e amigos do médico preferem deixar que a polícia e a Justiça se encarreguem da identificação e punição dos responsáveis pelo crime. “A gente ainda está esperando que surja outro motivo. Artur não denunciou ninguém. É difícil acreditar que uma pessoa que por anos e anos construiu a sua vida coloque tudo em jogo por um problema de trabalho”, opinou.

Assunto: São João em Caruaru – atuação do Juizado do Forró	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: COTIDIANO	Seção:
Página: 3	Data: 05/06/2014



Já é São João na *Capital do Forró*

Quadrilha perna de pau, forró pé-de-serra, forró estilizado, a famosa canção “Olha pro céu meu amor” e mais de sete minutos de céu claro e bem colorido, graças a uma bela queima de fogos. E, claro, uma multidão de forrozeiros para acompanhar os shows nos sete polos de animação, com destaque para o Parque de Eventos Luiz Lua Gonzaga. Foi dessa forma, privilegiando a diversidade da cultura popular pernambucana, que o Maior e Melhor São João do Mundo, em Caruaru, deu início aos seus 30 dias de festa.

O evento na Capital do Forró tem programado mais de 350 shows, distribuídos nos polos Pátio de Eventos Luiz “Lua” Gonzaga, Forró do Candeeiro, Mestre Vitalino (Estação Ferroviária), Alto do Moura, Polo do Repente, Polo das Quadrilhas e Polo Alternativo. Além de prestigiar os artistas pernambucanos, o Maior e Melhor São João do Mundo é também uma oportunidade única para os talentos caruaruenses divulgarem seu trabalho: a grade de atrações é composta com nada menos que 82% de artistas de Caruaru.

E não fica somente nos shows musicais. Apesar de ser o grande atrativo para os caruaruenses e os cerca de 1,5 milhão de visitantes que passam pela cidade durante o mês de junho, os shows de atrações nacionais são apenas uma parte da imensa programação cultural do São João de Caruaru. A festa também conta com nada menos que 120 apresentações artísticas de manifestações da cultura popular, como bandas de pifanos, bacamarteiros, Teatro de Mamulengo e quadrilhas.

INFRA-ESTRUTURA

Para dar conta de toda essa programação e atender ao público da melhor forma possível, o São João de Caruaru não foge ao título de Maior e Melhor do Mundo no que diz respeito ao número de envolvidos. Somente na área da segurança pública são cerca de 2 mil homens destacados para cuidar dos forrozeiros nos sete polos de animação. Além disso, uma mega estrutura montada no pavilhão da Fundação de Cultura e Turismo conta com o apoio da Secretaria de Saúde, Juizado do Forró, Conselho Tutelar, Celpe, Compesa e Destra, entre outras instituições.

O número de envolvidos na produção do evento e no comércio é ainda maior. Durante o período do evento, seis mil novos postos de trabalho são abertos em Caruaru. O que demonstra a importância do São João para a economia da cidade. A expectativa é que a movimentação financeira fique na casa dos R\$ 250 milhões, já que o levantamento dos últimos três anos da festa traz um aumento de 10% a cada edição. No ano passado foram R\$ 224 milhões circulando na Capital do Forró.

Assunto: PJe começa a funcionar nas 34 Varas Cíveis do Recife	
Veículo: CNJ	Data: 05/06/2014
Editoria:	Seção:



PJe começa a funcionar nas 34 Varas Cíveis do Recife



O Processo Judicial Eletrônico (PJe) começou a funcionar nas 34 Varas Cíveis da Capital nesta segunda-feira (2). A solenidade de instalação, no Palácio da Justiça, foi conduzida pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Frederico Neves, e contou com a presença do presidente eleito do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e corregedor nacional de Justiça, ministro Francisco Falcão, e do ministro do STJ Og Fernandes.

Juntas, as Varas Cíveis do Recife possuem um acervo de 155.508 processos, com uma distribuição mensal de, aproximadamente, cem ações por unidade. De acordo com o Ato nº 333, de 25 de abril de 2014, que trata da implantação do PJe nas 34 Varas Cíveis da Capital, até 2017, todas as unidades judiciárias de Pernambuco irão funcionar com o sistema.

Para o presidente do TJPE, os principais benefícios do PJe são a rapidez e a segurança na movimentação dos processos. "A expansão do PJe para as 34 Varas Cíveis da Capital traz segurança e rapidez ao serviço judicial. Estamos, com isso, tentando dar um passo à frente para a modernização do Poder Judiciário, o que é necessário para prestar um serviço melhor para o cidadão", destacou o desembargador Frederico Neves.

Segundo dados do tribunal, as Varas Cíveis utilizam cerca de 3.400 resmas por ano. No Judiciário inteiro, esse número passa para 95 mil resmas por ano. Uma árvore equivale a 15 resmas. "Com esses dados, podemos observar quanto papel o Judiciário deixará de consumir e quantas árvores deixarão de ser usadas para essa finalidade", acrescentou Neves.

O ministro Francisco Falcão destacou a importância da modernização do sistema judiciário para fazer frente ao crescimento de demandas, observado principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988. "Com o PJe, a Justiça poderá readequar sua força de trabalho e estar disponível a qualquer tempo para os operadores do Direito. O empenho de todos que integram a Justiça é fundamental para a instalação e consolidação do sistema. Juntos, faremos uma revolução no Judiciário brasileiro", afirmou.

Também integraram a mesa de honra do evento o secretário de assuntos jurídicos da Prefeitura do Recife, Ricardo Correa, e o procurador do Ministério Público de Pernambuco Fernando Barros. Participaram da solenidade juízes, promotores, defensores, advogados e servidores da Justiça.

PJe - O Processo Judicial Eletrônico (PJe) é um software desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para automação do Judiciário, elaborado a partir da experiência de diversos tribunais brasileiros. Atualmente, todos os Juizados Especiais Cíveis de Pernambuco e as Varas

de Executivos Fiscais Municipais da Capital já contam com o sistema. Mais de 150 mil ações já tramitam eletronicamente no Estado.

Assunto: Lojistas, Polícia Civil e TJPE iniciaram identificação de produtos saqueados	
Veículo: folhape.com.br	Data: 05/06/2014
Editoria:	Seção:



Órgãos federais são intimados pela Justiça a informarem se aprovaram o Novo Recife

Iphan, Dnit e ANTT têm um prazo de 20 dias corridos para esclarecer aprovação

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) terão que informar à Justiça Federal se aprovaram ou não o Projeto Novo Recife. A ordem de intimação foi publicada no Diário Oficial Eletrônico da 5ª Região na última segunda-feira (2).

A ação tem como base o ingresso de uma petição em nome do o Consórcio Novo Recife junto à 12ª Vara Federal – onde está tramitando o processo - solicitando ao juiz federal titular da 21ª Vara Federal, Francisco Antônio Barros e Silva Neto, que fosse reconsiderado a decisão de suspender a demolição dos galpões situados no Cais José Estelita. O pedido, no entanto, foi negado pelo magistrado.

O juiz deu um prazo de 20 dias corridos, a partir do dia 03 de junho, para que os órgãos federais (Iphan, Dnit e ANTT) aprove ou não o projeto, que prevê a demolição de parte dos armazéns do Cais José Estelita e a construção de 12 torres de 40 andares, entre empreendimentos residenciais e comerciais localizado às margens da bacia do Pina. Após essa análise, a ação é remetida ao Ministério Público Federal (MPF). Depois de retornar para a 12ª Vara Federal, a suspensão da demolição será julgada pelo magistrado.

Ontem, a Prefeitura do Recife suspendeu temporariamente o alvará que garantia a demolição dos galpões do Cais José Estelita, iniciada há pouco mais de duas semanas. O prefeito Geraldo Julio foi que proferiu a decisão, após uma reunião realizada com representantes de diversas entidades civis. De acordo com a PCR, a suspensão foi motivada para que a discussão com a sociedade civil seja retomada.

Apesar da suspensão do alvará de demolição, a determinação de reintegração de posse do terreno dada pelo **Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE)**, expedida pelo desembargador Márcio Fernando de Aguiar, não será inválida. Os manifestantes, contrários ao projeto, prometem continuar acampados no Cais José Estelita.

Assunto: CNJ abre investigação contra juiz acusado de julgar com indício de parcialidade	
Veículo: CNJ	Data: 05/06/2014
Editoria:	Seção:



CNJ abre investigação contra juiz acusado de julgar com indício de parcialidade

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai investigar se o juiz Francisco de Assis Galindo de Oliveira, vinculado ao Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE), cometeu ou não infração disciplinar ao julgar antecipadamente ações complexas e milionárias enquanto substituíra magistrados titulares, em razão de férias ou afastamentos.

Em decisão unânime, o Plenário do CNJ determinou, nesta terça-feira (3/6), a instauração da revisão disciplinar para apurar o caso, que havia sido arquivado pela Corte Especial do TJPE. Ao analisar o procedimento, o órgão julgou não haver infração disciplinar.

Pesa ainda contra o juiz substituto a acusação de indício de prática de advocacia administrativa ao acompanhar a representante de uma construtora para solicitar ao juiz titular do caso agilidade no julgamento do processo da empresa.

Na investigação aberta pelo CNJ, será apurado se Oliveira violou o artigo 35 da Lei Orgânica da Magistratura (Loman, Lei Complementar n. 35, de 1979) e o Código de Ética da Magistratura, que exigem dos magistrados prudência, imparcialidade e cautela.

Para o relator do caso, o corregedor nacional de justiça, ministro Francisco Falcão, há indícios da ausência das cautelas recomendáveis ao magistrado, o que iria contra a Loman e o Código de Ética. “Pior, podem indicar o uso do cargo público para atender interesses pessoais do magistrado. É que há elementos nos autos que indicam ter a conduta do magistrado motivação extraprocessual, com reflexos gravíssimos na higidez da decisão jurisdicional”, afirma o ministro, no voto proferido no Pedido de Providências n. 0005075-64.2011.2.00.0000.

Advocacia administrativa – De acordo com os autos, a atuação do juiz Francisco de Assis Galindo de Oliveira estaria sob suspeita em seis processos julgados no período em que substituiu os titulares da 8ª, 20ª e 17ª varas cíveis de Recife.

Segundo depoimentos colhidos, o magistrado teria acompanhado uma representante da Construtora Milão para pedir ao juiz titular da 10ª Vara Cível, Emanuel Bonfin Carneiro Amaral Filho, agilidade no julgamento de dois processos da empresa. Quando o titular saiu de férias, Oliveira o substituiu e julgou os processos favoravelmente à construtora. Para o CNJ, haveria indícios de prática de advocacia administrativa pelo magistrado.

“É de se ver que se confundiram as atividades de ‘advogado’ e julgador em uma só pessoa, por motivação que, seguramente, transborda das razões técnicas que amparariam a tese do requerido de que agiu sob o manto do livre convencimento motivado”, afirma o corregedor nacional de Justiça, no voto.

Em outra ação de R\$ 55 milhões, envolvendo a Copergás e a empresa GDK, o juiz teria proferido sentença embora houvesse concordância entre as partes sobre a necessidade de realização de prova pericial.

No litígio entre a Fulô Lingotes e o Bradesco Seguros, cujo valor da causa era de R\$1,3 bilhão, Oliveira teria proferido decisão em que determinou a empresa que deveria assessorar o perito para apurar o valor discutido judicialmente. O juiz titular à época, Jorge Américo Pereira de Lira, porém, havia solicitado que o substituto não atuasse no feito, pois se tratava de processo complexo, que envolvia valores elevadíssimos e que carecia de instrução.

Por solicitação da Corregedoria de Justiça do Estado de Pernambuco, foi deferida, em junho de 2011, a quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico do magistrado, mas não foram encontradas irregularidades.

Assunto: Prática de extorsão gera prisão no Fórum do Recife	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 04/06/2014
Editoria:	Seção:



Prática de extorsão gera prisão no Fórum do Recife

No final da tarde desta quarta-feira, dia 04, a juíza substituta da 23ª Vara Cível do Recife, Karina Albuquerque Aragão de Amorim, deu ordem de prisão ao despachante da empresa JCY, pela prática de crime de extorsão, previsto no Artigo 158 no Código Penal Brasileiro. Autuado em flagrante, o despachante, cujo nome será mantido em segredo de justiça para não comprometer o processo, seguiu à noite para o Cotel.

No momento da apreensão, o despachante fazia, em nome da JCY, abordagem direta a um senhor que retirava dinheiro referente a seguro do DPVAT, cobrando, indevidamente, honorários advocatícios já quitados, quando o ato de constrangimento e extorsão praticado pelo despachante, na agência do Banco do Brasil, do Fórum do Recife, motivou a decisão da juíza de autuar em flagrante, ouvindo ainda vários depoimentos – vítima, acusado e advogados que mantinham “parcerias” com a JCY.

As declarações foram colhidas na presença do Conselheiro Seccional e Presidente da Comissão de Combate ao Exercício Ilegal da Profissão (CEI) da OAB-PE, Helder Pessoa de Macedo. De acordo com as investigações, além de cometer ato de extorsão, a empresa JCY, representada na ocasião pelo despachante, há muito vinha prestando serviço jurídico sem registro na OAB, o que também caracteriza o exercício ilegal da profissão da advocacia, de acordo com o previsto no Artigo 1º do Estatuto da advocacia e da OAB.

Com o flagrante, a OAB-PE, por meio de sua Comissão de Combate ao Exercício Ilegal da Profissão, irá entrar com Ações Judiciais, para que a JCY e outras empresas que cometem o mesmo ilícito sejam devidamente penalizadas na forma da lei.

Já os advogados que atuam em nome da empresa devem responder processo administrativo junto ao Tribunal de Ética e Disciplina (TED) da OAB-PE.

“A medida visa proporcionar o bom funcionamento do poder judiciário e evitar que falsos advogados e empresas de advocacia maculem os valores éticos e morais da profissão, prejudicando não somente os aplicadores do direito, mas toda a sociedade. É dever nosso zelar pelo pleno exercício da advocacia sem qualquer mácula; não podemos ser confundidos com estes criminosos”, destacou o presidente da CEI. “Temos o compromisso de combater a prática criminosa que afeta nossa profissão e a nossa instituição e se reflete na sociedade”, complementou o presidente da OAB-PE, Pedro Henrique.

Assunto: CNJ abre investigação contra juiz pernambucano acusado de julgar com indício de parcialidade	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 04/06/2014
Editoria:	Seção:



CNJ abre investigação contra juiz pernambucano acusado de julgar com indício de parcialidade

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai investigar se o juiz Francisco de Assis Galindo de Oliveira, vinculado ao Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE), cometeu ou não infração disciplinar ao julgar antecipadamente ações complexas e milionárias enquanto substituíra magistrados titulares, em razão de férias ou afastamentos.

Em decisão unânime, o Plenário do CNJ determinou, nesta terça-feira (3/6), a instauração da revisão disciplinar para apurar o caso, que havia sido arquivado pela Corte Especial do TJPE. Ao analisar o procedimento, o órgão julgou não haver infração disciplinar.

Pesa ainda contra o juiz substituto a acusação de indício de prática de advocacia administrativa ao acompanhar a representante de uma construtora para solicitar ao juiz titular do caso agilidade no julgamento do processo da empresa.

Na investigação aberta pelo CNJ, será apurado se Oliveira violou o artigo 35 da Lei Orgânica da Magistratura (Loman, Lei Complementar n. 35, de 1979) e o Código de Ética da Magistratura, que exigem dos magistrados prudência, imparcialidade e cautela.

Para o relator do caso, o corregedor nacional de justiça, ministro Francisco Falcão, há indícios da ausência das cautelas recomendáveis ao magistrado, o que iria contra a Loman e o Código de Ética. “Pior, podem indicar o uso do cargo público para atender interesses pessoais do magistrado. É que há elementos nos autos que indicam ter a conduta do magistrado motivação extraprocessual, com reflexos gravíssimos na higidez da decisão jurisdicional”, afirma o ministro, no voto proferido no Pedido de Providências n. 0005075-64.2011.2.00.0000.

Advocacia administrativa – De acordo com os autos, a atuação do juiz Francisco de Assis Galindo de Oliveira estaria sob suspeita em seis processos julgados no período em que substituiu os titulares da 8ª, 20ª e 17ª varas cíveis de Recife.

Segundo depoimentos colhidos, o magistrado teria acompanhado uma representante da Construtora Milão para pedir ao juiz titular da 10ª Vara Cível, Emanuel Bonfin Carneiro Amaral Filho, agilidade no julgamento de dois processos da empresa. Quando o titular saiu de férias, Oliveira o substituiu e julgou os processos favoravelmente à construtora. Para o CNJ, haveria indícios de prática de advocacia administrativa pelo magistrado.

“É de se ver que se confundiram as atividades de ‘advogado’ e julgador em uma só pessoa, por motivação que, seguramente, transborda das razões técnicas que amparariam a tese do requerido de que agiu sob o manto do livre convencimento motivado”, afirma o corregedor nacional de Justiça, no voto.

Em outra ação de R\$ 55 milhões, envolvendo a Copergás e a empresa GDK, o juiz teria proferido sentença embora houvesse concordância entre as partes sobre a necessidade de realização de prova pericial.

No litígio entre a Fulô Lingotes e o Bradesco Seguros, cujo valor da causa era de R\$1,3 bilhão, Oliveira teria proferido decisão em que determinou a empresa que deveria assessorar o perito para apurar o valor discutido judicialmente. O juiz titular à época, Jorge Américo Pereira de Lira, porém, havia solicitado que o substituto não atuasse no feito, pois se tratava de processo complexo, que envolvia valores elevadíssimos e que carecia de instrução.

Por solicitação da Corregedoria de Justiça do Estado de Pernambuco, foi deferida, em junho de 2011, a quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico do magistrado, mas não foram encontradas irregularidades.

Assunto: Presidente do TJPE, Frederico Neves, em 99º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: VIVER	Seção: JOÃO ALBERTO
Página: D3	Data: 05/06/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Tribunais

O presidente do TJPE, Frederico Neves, embarca hoje para Belém, onde participa do *99º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil*.

Assunto: A Escolha – Novos desembargadores	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: PROGRAMA	Seção: PERSONA
Página: 2	Data: 05/06/2014



A ESCOLHA

Como a coluna já havia antecipado, na segunda, às 9h30, haverá sessão no TJPE para escolha dos três novos desembargadores. Também adiantamos os nomes prováveis: Eudes França por antiguidade, Carlos Moraes e Fábio Eugênio, ambos por merecimento.

Assunto: Médico acusado de assassinar colega – 1ª Vara Criminal de Jaboatão	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: CIDADES	Seção:
Página: 4	Data: 05/06/2014

jornal do  commercio

Acusado chorou em velório e foi à missa de 7º dia

ASSASSINATO Cláudio Amaro Gomes, apontado como mandante do crime, chegou a abraçar a mãe de Artur. Frieza deixou amigos da vítima indignados

Final de tarde do último dia 13 de maio. Capela do Hospital Português, na região central do Recife. Após cumprimentar alguns colegas, o cirurgião Cláudio Amaro Gomes, 57 anos, se aproximou do caixão de Artur Eugênio de Azevedo Pereira, 35, e se abraçou à mãe do médico, inconsolada ao lado do corpo do filho. Chegou a chorar. Estava emocionado, surpreso e arrasado com a tragédia. Ali, em mais de uma roda de colegas, Cláudio compartilhou sua hipótese para o crime brutal. Acreditava que Artur havia sido vítima de assalto. Para corroborar a sua tese comentou que ele mesmo já havia sido assaltado três vezes na saída da unidade de saúde. A frieza do cirurgião, preso anteontem acusado de ser o mandante do assassinato de Artur, deixou os amigos da vítima perplexos e indignados. Ontem, ao relembrar as cenas do velório, o sentimento de revolta era traduzido por palavras duras: “monstro”, “cínico”, “psicopata”.

Cláudio Gomes chegou à capela do Hospital Português logo depois que a esposa do médico havia deixado o local. Ao sugerir para os colegas a hipótese de que Artur poderia ter sido vítima de assaltantes, o cirurgião contou uma história curiosa. Disse que, na mesma noite em que Artur foi assassinado, ele próprio havia sido perseguido na saída do Português por uma moto com duas pessoas. E que só tinha se livrado da dupla quando estava em Boa Viagem. “Ele queria reforçar o quanto era perigosa a saída do hospital. Naquele momento, a hipótese de assalto era uma das linhas investigadas pela polícia. É uma monstruosidade grande, difícil de aceitar”, desabafa um dos amigos de Artur. Em uma das missas de 7º dia, no Português, Cláudio também esteve presente, sentando inclusive na primeira fila da capela.

Ainda no dia do velório algumas pessoas mais próximas do médico assassinado olharam com desaprovação a presença do cirurgião. As desavenças entre Cláudio e Artur teriam começado no Hospital das Clínicas (HC), onde os dois trabalhavam desde 2010. Artur teria sido prejudicado por avaliações negativas de desempenho dadas por Cláudio, que na época atuava como chefe da vítima, a ponto de ter entrado com um processo administrativo, questionando o posicionamento do superior. O parecer de Cláudio estaria colocando em risco sua efetivação no cargo de médico do HC.

O acirramento da relação, no entanto, piorou depois que Artur decidiu, em 2011, sair da equipe comandada por Cláudio no Hospital Português. A vítima formou sua própria equipe. “O sucesso cada vez maior de Artur estava incomodando Cláudio, que havia deixado de ser a principal referência em cirurgia torácica no Estado. Cada vez mais, a equipe de Artur estava sendo requisitada. Não acredito que a rivalidade por parte de Cláudio tenha sido apenas por honorários. Entre dinheiro e vaidade, a vaidade falou mais alto”, afirmou um amigo do médico assassinado. Outro colega da vítima garantiu que uma semana antes de ele ser executado, o médico teria registrado um boletim de ocorrência contra Cláudio, denunciando-o pelo crime de assédio moral.

Ontem a viúva do médico, a oncologista Carla Azevedo falou, por telefone, à equipe do telejornal “Bom Dia Paraíba”, da Rede Globo. “Estamos um pouco estarrecidos com esse resultado, realmente um fato inesperado pra gente. (Mas) é um fôlego, num momento de tanta dor, (ter) algum esclarecimento do que aconteceu com Artur. Eles trabalharam juntos no Hospital das Clínicas, eu não sei exatamente o grau de contato diário, que ultimamente já não existia. Mas logo no início, quando chegamos ao Recife, Artur trabalhava com doutor Cláudio e, um tempo depois, já não quis mais trabalhar com ele e permaneceu uma ligação pequena no HC. Continuo confiando muito na polícia, acho que ainda existem pontos a serem esclarecidos, mas continuam investigando e a gente está confiante nesse trabalho”, comentou a esposa.

O médico foi assassinado na noite do dia 12 de maio. O corpo foi encontrado às margens da BR-101, em Jaboatão dos Guararapes, com quatro tiros. Além do cirurgião Cláudio Gomes, a polícia prendeu também o filho dele, o bacharel em direito Cláudio Amaro Gomes Júnior.

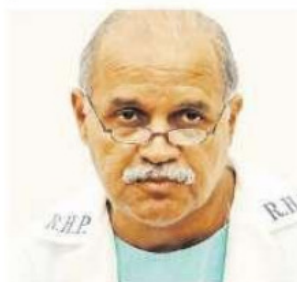
A VÍTIMA



Artur Eugênio de Azevedo Pereira

Tinha 35 anos, era casado e pai de um menino. Formado em medicina em 2003 pela Universidade Federal de Campina Grande, na Paraíba, com doutorado em cirurgia torácica e cardiovascular pela Universidade de São Paulo (2011). Atuava nos Hospitais das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), de Câncer de Pernambuco e no Instituto Materno Infantil de Pernambuco (Imip). Não tinha vínculo empregatício com o Hospital Português, mas costumava realizar cirurgias lá. Foi assassinado na noite de 12 de maio

OS ACUSADOS



Cláudio Amaro Gomes

Tem 57 anos, é médico formado em 1984 pela Universidade de Pernambuco (UPE), com mestrado e doutorado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) nos anos de 1991 e 1999, respectivamente. É professor adjunto da UFPE e gerente de atenção à Saúde do Hospital das Clínicas da UFPE,

cargo que assumiu no ano passado. Também atua no Hospital Português, onde faz parte da equipe de cirurgia torácica. Está preso no Cotel, em Abreu e Lima, desde a noite de terça-feira



Cláudio Amaro Gomes Júnior, 32 anos

É bacharel em direito e filho do médico Cláudio Amaro Gomes. Segundo a polícia, ele havia respondido processo por porte ilegal de arma em 1997, no Rio de Janeiro, quando era menor de idade, mas não chegou a ser apreendido. Conforme o delegado Guilherme Caracciolo, impressões digitais

de Cláudio Júnior foram encontradas em um recipiente que foi encontrado ao lado do carro de Artur e que foi queimado no bairro da Guabiraba, no Recife

Fontes: UFPE, CNPq e Polícia Civil

Pai e filho serão ouvidos no Cotel

Hoje pela manhã o delegado Guilherme Caracciolo, responsável pelo caso, deve ir ao Cotel, em Abreu e Lima, no Grande Recife, para ouvir novos depoimentos do médico Cláudio Amaro Gomes e do bacharel em direito Cláudio Amaro Gomes Júnior. Os dois estão presos lá desde a noite de terça-feira. Paralelamente, continuam as diligências para tentar prender outros dois homens envolvidos no crime. A polícia já sabe os apelidos deles.

Ontem, Caracciolo esteve no consultório de Cláudio Gomes, no Hospital Português. Foram apreendidos objetos que poderão ajudar na investigação. O delegado, entretanto, não detalhou o que foi recolhido. Mas ele reafirmou que existem provas suficientes para incriminar os presos, inclusive com a certeza de que Cláudio Júnior estava no momento da execução de Artur. Já Cláudio Gomes seria o mandante do crime.

O delegado evitou falar sobre o que teria motivado o assassinato. Há uma informação, não confirmada por ele, de que outro médico estaria sendo investigado como participante do homicídio.

BURBURINHO

No Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde Cláudio Gomes e Artur Azevedo trabalhavam, o assunto foi bastante comentado ontem entre médicos e enfermeiros. "Estamos perplexos pois doutor Cláudio era um profissional muito respeitado", afirmou uma enfermeira que não se identificou. "Com certeza doutor Claudio não queria que doutor Artur fosse uma pedra no sapato dele", comentou outro servidor.

Advogados pedem hoje habeas corpus

Os advogados do médico Cláudio Amaro Gomes e do filho dele, Cláudio Amaro Gomes Júnior, vão ingressar hoje na Justiça com pedido de revogação da prisão temporária contra eles, concedida anteontem pela juíza Maria Inês de Albuquerque, da 1ª Vara Criminal de Jaboatão. As solicitações não foram feitas ontem porque, segundo os advogados, houve demora no acesso aos autos do inquérito.

"Tenho certeza de que a revogação da prisão de doutor Cláudio é uma questão de horas. Não tem nada que comprove a participação dele nesse crime bárbaro. Vamos ingressar amanhã (hoje) com o pedido de habeas corpus. Iriamos pedir hoje (ontem), mas só tivemos acesso ao inquérito à tarde, o que atrapalhou nosso trabalho", explicou o advogado Altamiro Fontes, um dos que representam o médico preso.

O advogado Roberto Freire Filho, contratado para defender Cláudio Amaro Júnior, também acredita que conseguirá na Justiça o relaxamento da prisão. "A imagem que a polícia tem de um homem dirigindo o carro que abordou o médico em Boa Viagem não foi comprovada que é de Cláudio Júnior", comentou Roberto, que vai tentar hoje ver essas imagens.

O Conselho Regional de Medicina de Pernambuco (Cremepe) abriu sindicância interna para apurar o caso. Um conselheiro será designado para investigar, no prazo de 60 dias, a informação de que o médico Cláudio Amaro seria o mandante do assassinato de Artur Eugênio. Em nota, a administração central da UFPE e o Hospital das Clínicas, onde Cláudio é vinculado, informaram que estão à disposição das autoridades para prestar informações pertinentes ao caso e que aguardam a conclusão do inquérito policial.

Assunto: Defesa briga para provar que Cláudio Amaro é inocente	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: COTIDIANO	Seção:
Página: 3	Data: 05/06/2014



Advogados distintos, para o pai e o filho

Defesa briga para provar que Cláudio Amaro é inocente

■ **AINDA HOJE,** profissionais pretendem entrar com pedido de revogação da prisão dos clientes

Folha resume

Advogados trabalham para conseguir a revogação da prisão dos suspeitos de assassinar Artur Eugênio. Apesar de serem pai e filho, a defesa dos dois está sendo trabalhada separadamente, porque os profissionais afirmam que não existem provas sobre o envolvimento do médico Cláudio Amaro Gomes.

PRISCILLA AGUIAR

Continuação das páginas 1 e 2

Pelo menos oito advogados estiveram ontem na 1ª Divisão de Homicídios de Jaboatão dos Guararapes para analisar o inquérito que apura a morte do cirurgião-torácico Artur Eugênio. Em dois grupos separados, os criminalistas que defendem o médico Cláudio Amaro Gomes e o bacharel em Direito Cláudio Amaro Gomes Júnior receberam autorização para dar vistas ao documento e pretendem entrar, ainda hoje, com o pedido de revogação da prisão temporária dos clientes. Apesar de se tratar de pai e filho, a defesa dos dois está sendo construída sepa-

radamente. Para o advogado Ricardo de Albuquerque, que defende o médico Cláudio Amaro, não há provas do envolvimento dele no crime. “Os indícios levados em consideração não são suficientes para que ele seja mantido em cárcere”, alegou.

O advogado, que está em contato diário com o médico, afirmou que o cliente está assustado com a acusação. “Ele tinha uma relação profissional com a vítima. Tiveram alguns atritos, mas nada suficiente para que viesse a assassinar Artur”, disse. O criminalista estava acompanhado do também advogado

Daniel, que é filho de Cláudio Amaro. Discreto, ele procurou se manter distante da atenção da imprensa. Ele limitou-se a falar sobre a situação da família e negou que algum dos quatro irmãos tenha uma empresa que fornece materiais hospitalares. “A minha mãe está sem dormir, eu estou sem dormir. Eu falo quando o meu pai estiver solto”, afirmou.

A defesa de Júnior também diz que não há motivos para que o cliente continue preso. “As imagens que a polícia têm dele são no hospital que o pai dele trabalha e no prédio do pai dele, em Boa Viagem. Ti-



PROFISSIONAIS dizem que cirurgião, sob o paletó, está assustado com acusação

vemos um acesso bem restrito ao inquérito, que é bastante amplo, e vamos entrar com o pedido de revogação da prisão temporária”, destacou o criminalista Braz Neto.

JUSTIÇA

Em uma consulta simples no site do TJPE podem ser encontrados três processos contra Cláudio Amaro Gomes Júnior e um contra o pai, Cláudio Amaro Gomes. O filho foi alvo de duas ações de despejo, além da prisão em flagrante na última quarta-feira. Contra o médico, consta um processo por danos morais e materiais impetrado por um paciente que o culpa pelas paradas cardíacas que sofreu durante um procedimento.

Família de Artur ficou “perplexa”

Desde que souberam do assassinato de Arthur, no mês passado, os familiares do cirurgião-torácico questionam-se sobre o que, de fato, pode ter motivado o crime. Eles evitam a imprensa e pediram aos amigos que não repassassem qualquer dos seus contatos. Para os mais próximos, os parentes do médico revelaram que ainda estão perplexos. “A palavra é perplexidade. A gente não quer acreditar nos motivos que estão sendo veiculados porque é muito pouco ou quase nada

para ceifar a vida de um pai de família”, observou o ortopedista Júlio Lima, amigo de Artur.

Os familiares e amigos do médico preferem deixar que a polícia e a Justiça se encarreguem da identificação e punição dos responsáveis pelo crime. “A gente ainda está esperando que surja outro motivo. Artur não denunciou ninguém. É difícil acreditar que uma pessoa que por anos e anos construiu a sua vida coloque tudo em jogo por um problema de trabalho”, opinou.

Assunto: São João em Caruaru – atuação do Juizado do Forró	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: COTIDIANO	Seção:
Página: 3	Data: 05/06/2014



Já é São João na *Capital do Forró*

Quadrilha perna de pau, forró pé-de-serra, forró estilizado, a famosa canção “Olha pro céu meu amor” e mais de sete minutos de céu claro e bem colorido, graças a uma bela queima de fogos. E, claro, uma multidão de forrozeiros para acompanhar os shows nos sete polos de animação, com destaque para o Parque de Eventos Luiz Lua Gonzaga. Foi dessa forma, privilegiando a diversidade da cultura popular pernambucana, que o Maior e Melhor São João do Mundo, em Caruaru, deu início aos seus 30 dias de festa.

O evento na Capital do Forró tem programado mais de 350 shows, distribuídos nos polos Pátio de Eventos Luiz “Lua” Gonzaga, Forró do Candeeiro, Mestre Vitalino (Estação Ferroviária), Alto do Moura, Polo do Repente, Polo das Quadrilhas e Polo Alternativo. Além de prestigiar os artistas pernambucanos, o Maior e Melhor São João do Mundo é também uma oportunidade única para os talentos caruaruenses divulgarem seu trabalho: a grade de atrações é composta com nada menos que 82% de artistas de Caruaru.

E não fica somente nos shows musicais. Apesar de ser o grande atrativo para os caruaruenses e os cerca de 1,5 milhão de visitantes que passam pela cidade durante o mês de junho, os shows de atrações nacionais são apenas uma parte da imensa programação cultural do São João de Caruaru. A festa também conta com nada menos que 120 apresentações artísticas de manifestações da cultura popular, como bandas de pifanos, bacamarteiros, Teatro de Mamulengo e quadrilhas.

INFRA-ESTRUTURA

Para dar conta de toda essa programação e atender ao público da melhor forma possível, o São João de Caruaru não foge ao título de Maior e Melhor do Mundo no que diz respeito ao número de envolvidos. Somente na área da segurança pública são cerca de 2 mil homens destacados para cuidar dos forrozeiros nos sete polos de animação. Além disso, uma mega estrutura montada no pavilhão da Fundação de Cultura e Turismo conta com o apoio da Secretaria de Saúde, Juizado do Forró, Conselho Tutelar, Celpe, Compesa e Destra, entre outras instituições.

O número de envolvidos na produção do evento e no comércio é ainda maior. Durante o período do evento, seis mil novos postos de trabalho são abertos em Caruaru. O que demonstra a importância do São João para a economia da cidade. A expectativa é que a movimentação financeira fique na casa dos R\$ 250 milhões, já que o levantamento dos últimos três anos da festa traz um aumento de 10% a cada edição. No ano passado foram R\$ 224 milhões circulando na Capital do Forró.

Assunto: PJe começa a funcionar nas 34 Varas Cíveis do Recife	
Veículo: CNJ	Data: 05/06/2014
Editoria:	Seção:



PJe começa a funcionar nas 34 Varas Cíveis do Recife



O Processo Judicial Eletrônico (PJe) começou a funcionar nas 34 Varas Cíveis da Capital nesta segunda-feira (2). A solenidade de instalação, no Palácio da Justiça, foi conduzida pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Frederico Neves, e contou com a presença do presidente eleito do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e corregedor nacional de Justiça, ministro Francisco Falcão, e do ministro do STJ Og Fernandes.

Juntas, as Varas Cíveis do Recife possuem um acervo de 155.508 processos, com uma distribuição mensal de, aproximadamente, cem ações por unidade. De acordo com o Ato nº 333, de 25 de abril de 2014, que trata da implantação do PJe nas 34 Varas Cíveis da Capital, até 2017, todas as unidades judiciárias de Pernambuco irão funcionar com o sistema.

Para o presidente do TJPE, os principais benefícios do PJe são a rapidez e a segurança na movimentação dos processos. "A expansão do PJe para as 34 Varas Cíveis da Capital traz segurança e rapidez ao serviço judicial. Estamos, com isso, tentando dar um passo à frente para a modernização do Poder Judiciário, o que é necessário para prestar um serviço melhor para o cidadão", destacou o desembargador Frederico Neves.

Segundo dados do tribunal, as Varas Cíveis utilizam cerca de 3.400 resmas por ano. No Judiciário inteiro, esse número passa para 95 mil resmas por ano. Uma árvore equivale a 15 resmas. "Com esses dados, podemos observar quanto papel o Judiciário deixará de consumir e quantas árvores deixarão de ser usadas para essa finalidade", acrescentou Neves.

O ministro Francisco Falcão destacou a importância da modernização do sistema judiciário para fazer frente ao crescimento de demandas, observado principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988. "Com o PJe, a Justiça poderá readequar sua força de trabalho e estar disponível a qualquer tempo para os operadores do Direito. O empenho de todos que integram a Justiça é fundamental para a instalação e consolidação do sistema. Juntos, faremos uma revolução no Judiciário brasileiro", afirmou.

Também integraram a mesa de honra do evento o secretário de assuntos jurídicos da Prefeitura do Recife, Ricardo Correa, e o procurador do Ministério Público de Pernambuco Fernando Barros. Participaram da solenidade juízes, promotores, defensores, advogados e servidores da Justiça.

PJe - O Processo Judicial Eletrônico (PJe) é um software desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para automação do Judiciário, elaborado a partir da experiência de diversos tribunais brasileiros. Atualmente, todos os Juizados Especiais Cíveis de Pernambuco e as Varas

de Executivos Fiscais Municipais da Capital já contam com o sistema. Mais de 150 mil ações já tramitam eletronicamente no Estado.

Assunto: Lojistas, Polícia Civil e TJPE iniciaram identificação de produtos saqueados	
Veículo: folhape.com.br	Data: 05/06/2014
Editoria:	Seção:



Órgãos federais são intimados pela Justiça a informarem se aprovaram o Novo Recife

Iphan, Dnit e ANTT têm um prazo de 20 dias corridos para esclarecer aprovação

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) terão que informar à Justiça Federal se aprovaram ou não o Projeto Novo Recife. A ordem de intimação foi publicada no Diário Oficial Eletrônico da 5ª Região na última segunda-feira (2).

A ação tem como base o ingresso de uma petição em nome do o Consórcio Novo Recife junto à 12ª Vara Federal – onde está tramitando o processo - solicitando ao juiz federal titular da 21ª Vara Federal, Francisco Antônio Barros e Silva Neto, que fosse reconsiderado a decisão de suspender a demolição dos galpões situados no Cais José Estelita. O pedido, no entanto, foi negado pelo magistrado.

O juiz deu um prazo de 20 dias corridos, a partir do dia 03 de junho, para que os órgãos federais (Iphan, Dnit e ANTT) aprove ou não o projeto, que prevê a demolição de parte dos armazéns do Cais José Estelita e a construção de 12 torres de 40 andares, entre empreendimentos residenciais e comerciais localizado às margens da bacia do Pina. Após essa análise, a ação é remetida ao Ministério Público Federal (MPF). Depois de retornar para a 12ª Vara Federal, a suspensão da demolição será julgada pelo magistrado.

Ontem, a Prefeitura do Recife suspendeu temporariamente o alvará que garantia a demolição dos galpões do Cais José Estelita, iniciada há pouco mais de duas semanas. O prefeito Geraldo Julio foi que proferiu a decisão, após uma reunião realizada com representantes de diversas entidades civis. De acordo com a PCR, a suspensão foi motivada para que a discussão com a sociedade civil seja retomada.

Apesar da suspensão do alvará de demolição, a determinação de reintegração de posse do terreno dada pelo **Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE)**, expedida pelo desembargador Márcio Fernando de Aguiar, não será inválida. Os manifestantes, contrários ao projeto, prometem continuar acampados no Cais José Estelita.

Assunto: CNJ abre investigação contra juiz acusado de julgar com indício de parcialidade	
Veículo: CNJ	Data: 05/06/2014
Editoria:	Seção:



CNJ abre investigação contra juiz acusado de julgar com indício de parcialidade

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai investigar se o juiz Francisco de Assis Galindo de Oliveira, vinculado ao Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE), cometeu ou não infração disciplinar ao julgar antecipadamente ações complexas e milionárias enquanto substituíra magistrados titulares, em razão de férias ou afastamentos.

Em decisão unânime, o Plenário do CNJ determinou, nesta terça-feira (3/6), a instauração da revisão disciplinar para apurar o caso, que havia sido arquivado pela Corte Especial do TJPE. Ao analisar o procedimento, o órgão julgou não haver infração disciplinar.

Pesa ainda contra o juiz substituto a acusação de indício de prática de advocacia administrativa ao acompanhar a representante de uma construtora para solicitar ao juiz titular do caso agilidade no julgamento do processo da empresa.

Na investigação aberta pelo CNJ, será apurado se Oliveira violou o artigo 35 da Lei Orgânica da Magistratura (Loman, Lei Complementar n. 35, de 1979) e o Código de Ética da Magistratura, que exigem dos magistrados prudência, imparcialidade e cautela.

Para o relator do caso, o corregedor nacional de justiça, ministro Francisco Falcão, há indícios da ausência das cautelas recomendáveis ao magistrado, o que iria contra a Loman e o Código de Ética. “Pior, podem indicar o uso do cargo público para atender interesses pessoais do magistrado. É que há elementos nos autos que indicam ter a conduta do magistrado motivação extraprocessual, com reflexos gravíssimos na higidez da decisão jurisdicional”, afirma o ministro, no voto proferido no Pedido de Providências n. 0005075-64.2011.2.00.0000.

Advocacia administrativa – De acordo com os autos, a atuação do juiz Francisco de Assis Galindo de Oliveira estaria sob suspeita em seis processos julgados no período em que substituiu os titulares da 8ª, 20ª e 17ª varas cíveis de Recife.

Segundo depoimentos colhidos, o magistrado teria acompanhado uma representante da Construtora Milão para pedir ao juiz titular da 10ª Vara Cível, Emanuel Bonfin Carneiro Amaral Filho, agilidade no julgamento de dois processos da empresa. Quando o titular saiu de férias, Oliveira o substituiu e julgou os processos favoravelmente à construtora. Para o CNJ, haveria indícios de prática de advocacia administrativa pelo magistrado.

“É de se ver que se confundiram as atividades de ‘advogado’ e julgador em uma só pessoa, por motivação que, seguramente, transborda das razões técnicas que amparariam a tese do requerido de que agiu sob o manto do livre convencimento motivado”, afirma o corregedor nacional de Justiça, no voto.

Em outra ação de R\$ 55 milhões, envolvendo a Copergás e a empresa GDK, o juiz teria proferido sentença embora houvesse concordância entre as partes sobre a necessidade de realização de prova pericial.

No litígio entre a Fulô Lingotes e o Bradesco Seguros, cujo valor da causa era de R\$1,3 bilhão, Oliveira teria proferido decisão em que determinou a empresa que deveria assessorar o perito para apurar o valor discutido judicialmente. O juiz titular à época, Jorge Américo Pereira de Lira, porém, havia solicitado que o substituto não atuasse no feito, pois se tratava de processo complexo, que envolvia valores elevadíssimos e que carecia de instrução.

Por solicitação da Corregedoria de Justiça do Estado de Pernambuco, foi deferida, em junho de 2011, a quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico do magistrado, mas não foram encontradas irregularidades.

Assunto: Prática de extorsão gera prisão no Fórum do Recife	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 04/06/2014
Editoria:	Seção:



Prática de extorsão gera prisão no Fórum do Recife

No final da tarde desta quarta-feira, dia 04, a juíza substituta da 23ª Vara Cível do Recife, Karina Albuquerque Aragão de Amorim, deu ordem de prisão ao despachante da empresa JCY, pela prática de crime de extorsão, previsto no Artigo 158 no Código Penal Brasileiro. Autuado em flagrante, o despachante, cujo nome será mantido em segredo de justiça para não comprometer o processo, seguiu à noite para o Cotel.

No momento da apreensão, o despachante fazia, em nome da JCY, abordagem direta a um senhor que retirava dinheiro referente a seguro do DPVAT, cobrando, indevidamente, honorários advocatícios já quitados, quando o ato de constrangimento e extorsão praticado pelo despachante, na agência do Banco do Brasil, do Fórum do Recife, motivou a decisão da juíza de autuar em flagrante, ouvindo ainda vários depoimentos – vítima, acusado e advogados que mantinham “parcerias” com a JCY.

As declarações foram colhidas na presença do Conselheiro Seccional e Presidente da Comissão de Combate ao Exercício Ilegal da Profissão (CEI) da OAB-PE, Helder Pessoa de Macedo. De acordo com as investigações, além de cometer ato de extorsão, a empresa JCY, representada na ocasião pelo despachante, há muito vinha prestando serviço jurídico sem registro na OAB, o que também caracteriza o exercício ilegal da profissão da advocacia, de acordo com o previsto no Artigo 1º do Estatuto da advocacia e da OAB.

Com o flagrante, a OAB-PE, por meio de sua Comissão de Combate ao Exercício Ilegal da Profissão, irá entrar com Ações Judiciais, para que a JCY e outras empresas que cometem o mesmo ilícito sejam devidamente penalizadas na forma da lei.

Já os advogados que atuam em nome da empresa devem responder processo administrativo junto ao Tribunal de Ética e Disciplina (TED) da OAB-PE.

“A medida visa proporcionar o bom funcionamento do poder judiciário e evitar que falsos advogados e empresas de advocacia maculem os valores éticos e morais da profissão, prejudicando não somente os aplicadores do direito, mas toda a sociedade. É dever nosso zelar pelo pleno exercício da advocacia sem qualquer mácula; não podemos ser confundidos com estes criminosos”, destacou o presidente da CEI. “Temos o compromisso de combater a prática criminosa que afeta nossa profissão e a nossa instituição e se reflete na sociedade”, complementou o presidente da OAB-PE, Pedro Henrique.

Assunto: CNJ abre investigação contra juiz pernambucano acusado de julgar com indício de parcialidade	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 04/06/2014
Editoria:	Seção:



CNJ abre investigação contra juiz pernambucano acusado de julgar com indício de parcialidade

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai investigar se o juiz Francisco de Assis Galindo de Oliveira, vinculado ao Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE), cometeu ou não infração disciplinar ao julgar antecipadamente ações complexas e milionárias enquanto substituíra magistrados titulares, em razão de férias ou afastamentos.

Em decisão unânime, o Plenário do CNJ determinou, nesta terça-feira (3/6), a instauração da revisão disciplinar para apurar o caso, que havia sido arquivado pela Corte Especial do TJPE. Ao analisar o procedimento, o órgão julgou não haver infração disciplinar.

Pesa ainda contra o juiz substituto a acusação de indício de prática de advocacia administrativa ao acompanhar a representante de uma construtora para solicitar ao juiz titular do caso agilidade no julgamento do processo da empresa.

Na investigação aberta pelo CNJ, será apurado se Oliveira violou o artigo 35 da Lei Orgânica da Magistratura (Loman, Lei Complementar n. 35, de 1979) e o Código de Ética da Magistratura, que exigem dos magistrados prudência, imparcialidade e cautela.

Para o relator do caso, o corregedor nacional de justiça, ministro Francisco Falcão, há indícios da ausência das cautelas recomendáveis ao magistrado, o que iria contra a Loman e o Código de Ética. “Pior, podem indicar o uso do cargo público para atender interesses pessoais do magistrado. É que há elementos nos autos que indicam ter a conduta do magistrado motivação extraprocessual, com reflexos gravíssimos na higidez da decisão jurisdicional”, afirma o ministro, no voto proferido no Pedido de Providências n. 0005075-64.2011.2.00.0000.

Advocacia administrativa – De acordo com os autos, a atuação do juiz Francisco de Assis Galindo de Oliveira estaria sob suspeita em seis processos julgados no período em que substituiu os titulares da 8ª, 20ª e 17ª varas cíveis de Recife.

Segundo depoimentos colhidos, o magistrado teria acompanhado uma representante da Construtora Milão para pedir ao juiz titular da 10ª Vara Cível, Emanuel Bonfin Carneiro Amaral Filho, agilidade no julgamento de dois processos da empresa. Quando o titular saiu de férias, Oliveira o substituiu e julgou os processos favoravelmente à construtora. Para o CNJ, haveria indícios de prática de advocacia administrativa pelo magistrado.

“É de se ver que se confundiram as atividades de ‘advogado’ e julgador em uma só pessoa, por motivação que, seguramente, transborda das razões técnicas que amparariam a tese do requerido de que agiu sob o manto do livre convencimento motivado”, afirma o corregedor nacional de Justiça, no voto.

Em outra ação de R\$ 55 milhões, envolvendo a Copergás e a empresa GDK, o juiz teria proferido sentença embora houvesse concordância entre as partes sobre a necessidade de realização de prova pericial.

No litígio entre a Fulô Lingotes e o Bradesco Seguros, cujo valor da causa era de R\$1,3 bilhão, Oliveira teria proferido decisão em que determinou a empresa que deveria assessorar o perito para apurar o valor discutido judicialmente. O juiz titular à época, Jorge Américo Pereira de Lira, porém, havia solicitado que o substituto não atuasse no feito, pois se tratava de processo complexo, que envolvia valores elevadíssimos e que carecia de instrução.

Por solicitação da Corregedoria de Justiça do Estado de Pernambuco, foi deferida, em junho de 2011, a quebra de sigilo fiscal, bancário e telefônico do magistrado, mas não foram encontradas irregularidades.